

POLÍTICA EXTERNA, COOPERAÇÃO SUL-SUL; COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO, CHINA, ÁFRICA¹

Júlio Sani Lopes²

RESUMO

O presente artigo propõe avaliar a política externa de cooperação para o desenvolvimento realizadas por China na África de 1990 a 2019. Os anos de 1990 marcaram a reaproximação da China para com os países africanos e, foi também a época em que a cooperação para o desenvolvimento começou a ganhar proeminência nas políticas externas dos países do Sul. Diante disso, a pesquisa indaga, quais são as políticas externas de cooperação para o desenvolvimento realizadas pela China no continente africano, no período entre 1990 a 2019? Este estudo permite dar uma olhada em um território rico em recursos primários, a África, enquanto um dos locais mais relevantes para a nova disputa mundial neste século XXI marcada pela emergência de novas potências do Sul global, em especial ao gigante da Cooperação Sul-Sul (CSS), a China. De ponto de vista metodológico, o artigo se assentou numa abordagem qualitativa interpretativa, tendo como técnica a análise de conteúdo dos dados que versam sobre a cooperação bilateral China-África que permitiu verificar os tipos de cooperação mais proeminentes a partir das seguintes categorias analíticas: 1. Significados da cooperação para o desenvolvimento; 2. Países prioritários para a China no continente africano; 3. Fluxos de investimento; 4. Principais temas de cooperação. O embasamento teórico perpassou por análise de política externa do país, estudos sobre cooperação e teorias do desenvolvimento. Os resultados apontam o protagonismo cada vez maior da China no continente africano, evidenciada pelo crescimento nos investimentos e empréstimos que financiam setores econômicos e sociais.

Palavras-chave: África - Relações econômicas exteriores. China - Relações econômicas exteriores. Cooperação Sul-Sul.

ABSTRACT

This paper proposes to evaluate the foreign policy of development cooperation carried out by China in Africa from 1990 to 2019. The 1990s marked China's rapprochement towards African countries and, it was also the time when development cooperation began to gain prominence in the foreign policies of Southern countries. Given this, the research inquires, what are the foreign policies of development cooperation carried out by China on the African continent in the period from 1990 to 2019? This study allows us to take a look at one of the spaces with available primary resources, Africa, as the epicenter of a new global dispute in this century, led by emerging powers, especially the giant of South-South cooperation (SSC) China. From a methodological point of view, the article is based on an interpretative qualitative approach, using as technique the content analysis of the data on China-Africa bilateral cooperation, which allows verifying the most prominent types of cooperation from the following analytical categories: 1. the meaning of cooperation for development; 2. priority countries for China on the African continent; 3. investment flows; 4. main cooperation themes. The theoretical basis was based on the analysis of the country's foreign policy, studies on cooperation and development theories. The results point to China's increasing protagonism in the African continent, noted for its growing investments and loans that finance economic and social sectors.

Keywords: Africa - Foreign economic relations. China - Foreign economic relations. South-South Cooperation.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva.

² Bacharel em Humanidades, Graduando em Relações Internacionais pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB.

1. Introdução

Parte-se do pressuposto de que desde os tempos mais remotos o homem sempre fez cooperação, não da forma como a conhecemos hoje, mas, considerando as tradicionais trocas de mercadorias, consubstanciada pelos diferentes fluxos comerciais.

No entanto, o fim da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, e, principalmente as mudanças políticas e econômicas observadas sob efeitos do fenômeno da globalização permitiram que ocorressem grandes transformações na forma de atuação dos Estados nas arenas nacional, regional e internacional. Tanto que a partir dos anos 1990 a cooperação internacional se firmou como uma das principais ferramentas de política internacional e, outrossim, num componente essencial no debate das Relações Internacionais. A partir daí vários estudos foram desenvolvidos (SATO 2010; MILANI 2012; TOMAZINI 2017), na perspectiva de compreender as estratégias da cooperação internacional buscando investigar tanto do ponto de vista teórico como empírico os mecanismos pelos quais a cooperação emerge e se sustenta.

O continente africano ao longo da história foi palco de atuação das grandes potências globais, principalmente as europeias. Esses países sempre olharam para o continente como um lugar favorável para implementação dos seus anseios políticos e econômicos. Com a virada do século o continente africano assumiu um papel importante na política internacional e ganhou destaque na política externa de vários países. Assim, Visentini (2013) nos lembra que a África se tornou epicentro da nova disputa mundial no século XXI, cenário parecido com o que ocorreu no século XIX. A diferença é que, na atualidade, o processo é protagonizado pela proeminente presença das potências emergentes.

Nesse novo cenário, verifica-se no continente a presença de antigas metrópoles correspondendo à tradicional Cooperação Norte-Sul (CNS), da China e das demais potências emergentes conformando o atual cenário da CSS.

O fracasso recente da maior parte dos países africanos na implementação de políticas econômicas e financeiras de influência neoliberal indicadas pelo Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o descaminho dos modelos políticos fundamentados nas políticas de Bretton Woods fizeram brotar as discrepâncias em torno do direcionamento dos modelos de cooperação. Algumas vezes passaram a colocar a cooperação Norte/Sul (CNS) como empecilho para o desenvolvimento dos países do Sul e a cooperação Sul/Sul (CSS) como única alternativa (MILANI & CARVALHO, 2013).

Por outro lado, os estudos comparativos sobre a cooperação para o desenvolvimento dos eixos Norte- Sul e Sul-Sul demonstram que ainda que os seus atuantes tenham como

denominador comum, promover políticas que visem ao desenvolvimento econômico e bem-estar dos seus povos, as experiências, métodos e estratégias governamentais dificilmente convergem (BRAUTIGAM, 2011; LANCAS-TER, 2007; VEEN, 2011).

A China, de modo particular, tem se envolvido na cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) enquanto promotora. No entanto, as normas e os critérios adotados por Pequim junto aos países africanos têm ganhado particular atenção, sendo assim objeto do estudo nos últimos anos.

Neste sentido, o presente artigo propõe avaliar a política externa de cooperação para o desenvolvimento realizadas pela China na África no período entre 1990 e 2019, indagando, **qual o perfil das políticas externas de cooperação para o desenvolvimento realizadas por China no continente africano, especialmente no que tange ao tipo de desenvolvimento em que se alicerçam. Como essas ações estão relacionadas a outros objetivos de política externa, exportação de produtos, compra de matérias primas, e apoio em organismos multilaterais?** Responder a esse questionamento, constitui o mote deste estudo, um exercício que nos coloca diante do desafio de estudar as políticas de cooperação para o desenvolvimento observando os temas e principais modalidades da atuação chinesa no continente africano.

O discurso oficial é de que a China se projeta para África e demonstra interesse em desenvolver cooperação com os países africanos baseada na estratégia ou negociação *win-win* (ganha-ganha) ancorada na ideia de atender necessidades e possibilitar ganhos para ambas as partes. De igual modo, os países africanos são receptivos à construção da cooperação para o desenvolvimento.

Conforme observa Jesuino (1992), uma relação *Win-Win* busca proporcionar ganhos para as partes negociantes, ainda que isso não garante que ambas as partes beneficiam de forma proporcional.

O recorte temporal e espacial justifica-se, em particular, pelo fato de que os anos 1990 foram marcados por grandes transformações nas relações internacionais: o fim da Guerra Fria exemplifica esse cenário. Afora isso, a década de 1990 marcou a reaproximação da China para com os países africanos, e foi também a época em que a cooperação para o desenvolvimento começou a ganhar proeminência nas políticas externas dos países do Sul. Some-se a isso o fenômeno da globalização econômica que ganhou ascendência nos países semiperiféricos e periféricos, na Ásia e na África respectivamente. Por outro lado, autores como Visentini (2013) advogam que a China além de ser o principal protagonista da CSS no continente africano, sua presença e dos demais emergentes sugerem uma nova partilha do continente, o que sustenta a pertinência do estudo de caso aqui proposto.

O interesse sustentado nos estudos sobre a presença da China na África gerou e ainda gera várias pesquisas acadêmicas, artigos de jornais e editoriais, muitas declarações públicas e muitos mitos, mas surpreendentemente poucos relatórios investigativos.

Para suprir essa lacuna, neste artigo acadêmico valemo-nos do ponto de vista empírico dos dados sistematizados pela *China-África Research Initiative* (CARI).

Neste contexto, a primeira seção deste artigo aborda o vínculo entre o conceito do desenvolvimento e a cooperação internacional. A segunda problematiza o conceito do desenvolvimento desde a abordagem clássica até às chamadas novas tendências do desenvolvimento ou teorias alternativas ao desenvolvimento. A terceira parte discute a Cooperação Sul-Sul (CSS) analisando até que ponto firma um novo imaginário e reorienta as práticas da cooperação. Para tanto, além da CSS, esboça também três conceitos, quais sejam: Cooperação Norte-Sul (CNS), Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). Na quarta e última seção, far-se-á o mapeamento dos principais países-parceiros e modalidades da atuação chinesa na África no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento.

2. Desenvolvimento e Cooperação em Questão

Indubitavelmente existe um vínculo natural entre o desenvolvimento e a cooperação internacional. Por isso, não se pode falar de CSS sem primeiro falar do desenvolvimento, pois é este que nos coloca no lugar do Sul e no lugar de subdesenvolvidos, ou em permanente estado de “em desenvolvimento”. De fato, há tipos de cooperação que se dedicam à agenda do desenvolvimento. Sob variadas abordagens teóricas, muito se tem pesquisado, dito e escrito sobre o desenvolvimento (ECHART MUÑOZ, 2017, ESCOBAR, 1992-2012, SEN, 2005).

Echart Muñoz (2017) entende o campo do desenvolvimento como território em disputa e de disputas no tocante ao seu alcance e significados. Sob o mesmo ponto de vista, Lima (2010) vê o desenvolvimento como um conceito amarrado por interesses e perspectivas de várias tradições e tendências teóricas, a partir das quais os atores internacionais tendem a orientar suas políticas e suas relações no âmbito internacional. Quem também opera com as mesmas premissas é o antropólogo Arturo Escobar. A tese do autor considera o discurso sobre o desenvolvimento como a principal forma de construção da ideia do terceiro mundo, mesclado a institucionalização de um sistema internacional que cria políticas e estratégias nas quais é concebido o desenvolvimento e os mecanismos em que deve ser alcançado. Na verdade, sob essa ótica o desenvolvimento é tratado como um aparato que por meio de poder de intervenção

de grupo hegemônico consegue não só vincular formas de conhecimento sobre terceiro mundo, como também, comunidades, governos e até mesmo indivíduos se reconhecem como subdesenvolvidos e são tratados como tais (ESCOBAR, 1992).

O desenvolvimento é central no debate sobre cooperação, já que é através dele que a própria cooperação se emerge e se sustenta. Tanto que, Echart Muñoz (2017), nos lembra que quando discutimos a cooperação não nos preocupamos tão somente com a sua forma, mas sobretudo, ao seu objetivo e fim declarados, neste caso o desenvolvimento. Isso nos conduz à necessidade de algumas ponderações que nos parecem centrais, conforme as inquietações da autora. Assim, ela indaga, que tipo de desenvolvimento se potencializa através da cooperação? Quem o define, e com base em quais interesses? A quem beneficia?

Lima (2010) historiou que até após a Segunda Guerra Mundial, não havia uma conceituação clara do desenvolvimento e, que as relações internacionais passaram a ser regidas pelo Sistema de Bretton Woods. A partir dos anos 1960, os países-membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que outrora receberam ajudas na forma de Plano Marshall, passaram a assumir junto dos Estados Unidos da América o papel de doadores tradicionais e, por outro lado os países do chamado terceiro mundo um grupamento altamente heterogêneo foram identificados como recipiendários (MELO e SOUZA, 2014).

Existem várias ideias de desenvolvimento, mas a ordem internacional os centraliza a partir de um olhar capitalista, o que produz explicações a partir desta ótica. Essa visão do desenvolvimento sustentou a criação de vários mecanismos de atuação no âmbito das Nações Unidas para fazer face aos desafios do desenvolvimento dos países do terceiro mundo.

Conforme Lima (2010) os diálogos Norte-Sul foram fortalecidos nos anos 50 e 60, nos quais foram colocados em voga o aspecto de subdesenvolvimento e, logrou com a criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).

Apesar desses esforços no âmbito da ONU pouco se alcançou dessas negociações internacionais, fracassadas entre outras razões, pela falta de compromisso político dos países do Norte, pelas crises econômica e petrolífera que abalou o sistema capitalista nos anos 1970, e que gerou insegurança e desconfiança em relação ao livre comércio generalizado, fato que agudizou o problema dos países menos desenvolvidos, tanto é que a década 80 é considerada como década perdida para esses países (LIMA, 2010).

A conjuntura política e econômica decorrente desses eventos demonstrou por um lado a diversidade de entendimentos do termo desenvolvimento e por outro lado evidenciou a insustentabilidade do modelo hegemônico para os desafios dos países em desenvolvimento.

O tema do desenvolvimento ressurgiu com novo formato na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), evento que serviu para o sistema internacional começar a desenvolver a ideia de um desenvolvimento humano sustentável, que busca uma abordagem multidimensional, que prioriza as pessoas colocando-as no centro e no incremento de capacidades e opções destas para melhorar sua situação (SEN, 2000).

Não obstante os encontros e cúpulas internacionais sobre o desenvolvimento, Lima (2010) enfatiza que o debate sobre o tema é ainda incipiente e que necessita de evolução para de fato conseguir promover políticas desenvolvimentistas eficazes e que garantam realmente instrumentos de cooperação que atentem para a realidade local, levando em conta as diferenças étnicas, culturais, religiosas, em termos de níveis de desenvolvimento etc.

Decerto, esse resgate histórico nos conduz a evidência inquestionável, o atrelamento entre desenvolvimento e cooperação e ambos com uma ligação intrínseca com as disputas políticas e de narrativas discursivas no âmbito da cooperação internacional ainda amplamente dominada pelas potências ocidentais. Como veremos na próxima seção, o conceito do desenvolvimento gera várias interpretações a partir de perspectivas diferentes.

3. Fundamentos teóricos do desenvolvimento

O debate sobre o desenvolvimento permeia várias teorias. Cumpre esclarecer que para a análise que ora nos ocupa, algumas reflexões serão destacadas, já que não é nossa ideia adentrar numa discussão tão ampla e complexa, mas apenas introduzir de forma sintética esse debate tão pertinente para os estudos da cooperação internacional.

3.1 Visão Clássica do Desenvolvimento

A abordagem clássica do desenvolvimento agrupa várias tradições teóricas, que apesar das discordâncias sobre o que seria o desenvolvimento, seu objetivo e os mecanismos para o seu alcance, centralizam suas análises a partir de uma perspectiva econômica do desenvolvimento. Conforma esse agrupamento, entre tantas, as teorias da modernização, a teoria neomarxista e a teoria da dependência.

Vale enfatizar, que as próprias teorias não conformam um corpo teórico homogêneo, em função disso, a abordagem de alguns autores representativos dará corpo a este ensaio.

Segundo nos lembra Lima (2010) entre tantos autores da teoria da modernidade são protagonistas Samuel Huntington e Walt Rostow, que entendem o desenvolvimento como um processo linear e que todos devem passar por diferentes etapas evolutivas.

No olhar de Singer (1997, p. 23 *apud* LIMA, 2010, p. 78) “o subdesenvolvimento seria um problema de atraso econômico e ocorre porque existem obstáculos ao desenvolvimento que promovem círculos viciosos de pobreza que estancam o desenvolvimento. ”

“As distintas Teorias da Modernização têm em comum a ideia de que o objetivo do desenvolvimento é a reprodução da experiência dos países desenvolvidos, implementando uma réplica de seu processo de industrialização” (LIMA, 2010, p. 77).

A teoria da modernidade trabalha fortemente com a velha lógica dicotômica tradicional/moderno, colocando a responsabilidade do subdesenvolvimento nos países que diante de círculos viciosos não conseguem acompanhar etapas evolutivas tal como as que passaram os países desenvolvidos. A principal defesa da teoria de modernidade é de que os países em desenvolvimento precisam replicar o modelo ocidental de industrialização, que significa seguir o caminho evolucionário das nações desenvolvidas, isso obriga sair de uma sociedade agrária tradicional para uma sociedade moderna e de consumo de massa e ainda intensificar relações comerciais com os países desenvolvidos.

O economista institucional sul-coreano Ha-Joon Chang (2003) opera com premissas contrárias a aquelas defendidas pela teoria de modernização. Na sua obra “Chutando a Escada” o autor faz a defesa de que as políticas utilizadas pelos países altamente desenvolvidos (PADs) quando eram países em vias de desenvolvimento não combinam com as mesmas que hoje recomendam aos países pobres ou em vias de desenvolvimento. Ao recomendarem e pressionarem os países em desenvolvimento a adquirirem certas políticas e instituições ditas boas, os PADs chutam a escada através da qual chegaram ao topo e impedem que os países em desenvolvimento adotem as mesmas políticas e instituições que dantes usaram.

A visão neomarxista vincula subdesenvolvimento diretamente ao colonialismo e imperialismo. Nessa ótica Lima escreve:

Para os neomarxistas, o subdesenvolvimento é produto histórico do colonialismo e do imperialismo, um processo de contínua extração do excedente produtivo gerado na periferia, que foi transferido aos países-centro, promovendo uma baixa acumulação de capital, relações comerciais desiguais e bloqueio ao desenvolvimento da periferia. Esse contexto se acentuaria com os monopólios industriais e classes dominantes da periferia que não estariam interessados no desenvolvimento produtivo periférico e promoveriam um constante fluxo de recursos para o centro, tirando-os da periferia. A dependência promovida pelas relações econômicas internacionais também seria outro

fator de bloqueio para o desenvolvimento. Por isso, negam a possibilidade de desenvolvimento e crescimento econômico sustentável para os países do Sul (LIMA, 2010, p. 80).

Essa tradição teórica tem uma visão pessimista sobre a possibilidade de os países periféricos se desenvolverem diante do sistema vigente, defendem por isso uma mudança radical, que significa ruptura com o capitalismo mundial.

A partir dos anos 70 diante de sinais de crise do sistema de Bretton Woods surge a teoria de dependência como aparato da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão das Nações Unidas que, por meio de um corpo teórico heterogêneo de autores, introduziu várias abordagens e perspectivas sobre o subdesenvolvimento. Apesar de algumas discordâncias, os autores são unânimes em apontar o subdesenvolvimento como produto do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo global, ou seja, é a condição de dependência dos países periféricos a economias dos países do centro capitalista que perpetua e acentua o subdesenvolvimento (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Assumindo uma postura mais ampla e de influência marxista, Immanuel Wallerstein foca sua abordagem na estrutura sistêmica. O autor enfoca sua análise no processo de acumulação do capital no tempo e no espaço. Conforme Wallerstein (2000, *apud* NOGUEIRA e MESSARI, 2005), a dimensão temporal explica a busca de acumulação de capital promovida pelas regiões que procuram a afirmação de sua hegemonia, tanto é que, essa lógica demonstra porque o poder econômico mundial se desloca sempre com o tempo: das potências marítimas ibéricas (Espanha e Portugal) no século XV, para Holanda durante os séculos XVII e XVIII, para Inglaterra nos séculos XIX e XX, para os Estados Unidos nos séculos XX e XXI. No tocante a organização espacial do sistema-mundo, o autor descreve as características estruturais do sistema-mundo, que aglutinaria atores econômicos e sócio-políticos que estão conectados numa relação de desigualdade hierárquica nos níveis econômico e político. Em função disso, os países se dividiriam em três áreas: centro, periferia e semiperiferia. Países centrais, como os Estados Unidos, os Estados da Europa e o Japão, são definidos pela capacidade de produção especializada e capital intensivo (software, computadores, eletrônicos, etc.). Os países periféricos, Estados fracos, (grande parte dos países africanos, asiáticos e sul-americanos), com pouca capacidade de institucionalização, produção intensiva, mas não especializada (agricultura, matérias-primas e *commodities*), seriam economias de pouca diversificação, geralmente dependentes de exportação de *commodities* nas quais os preços são determinados pelos países do centro, principais compradores. Semiperiféricos, novos países industrializados

que combinam algumas características do centro e da periferia, diversificam suas economias, mas continuam dependentes de capital e tecnologia de centro.

Ainda na ótica de Wallerstein (2000), conforme citado por Nogueira e Messari (2005), a oscilação na forma como o poder é distribuído no sistema internacional é uma das características da dinâmica do sistema capitalista em nível global, tanto que normalmente o deslocamento do poder coincide com ciclos de expansão ou de declínio econômico, que se relacionam intrinsecamente com fatores como tecnologia, investimento e comércio.

Os países desenvolvidos controlam instituições financeiras internacionais e, em função disso, exercem forte influência sobre os países em desenvolvimento, por meio dos mecanismos de ajuda através dos quais esses países fazem empréstimos e nas compras das matérias-primas. É importante destacar que muitos países em desenvolvimento são dependentes desses empréstimos para suprir demandas da economia local. Por outro lado, os países desenvolvidos tiram proveitos dessa forte dependência mantendo domínio político, militar, tecnológico e econômico.

Algumas teorias bastante reducionistas não levam em conta que o próprio debate sobre o desenvolvimento se abriu para a atuação de ONGs, movimentos camponeses, entre outras, o que revela uma constante necessidade de revisão de práticas do desenvolvimento, em função disso, Haque advoga, "esta situação de teorias de desenvolvimento inadequadas e políticas de desenvolvimento ineficazes implica na necessidade de se repensar seriamente o campo" (HAQUE, 1999, p. 12, *apud* LIMA, 2010, p. 74, Tradução Nossa).

Sem dúvidas se faz necessário repensar o campo do desenvolvimento, principalmente perante o surgimento de novos atores no campo de cooperação internacional, mas sobretudo porque todas as principais teorias da área têm limitações e é preciso um olhar mais plural para a ideia do desenvolvimento. O próximo tópico apresenta as novas perspectivas do desenvolvimento.

3.2. Perspectiva crítica e emancipatória do desenvolvimento

Em algumas abordagens críticas, a visão do desenvolvimento é feita a partir de uma perspectiva emancipatória, permeada pela desconstrução da visão única do desenvolvimento e construção de novas categorias que vão além de índices econômicos ou de crescimento econômico (ESCOBAR, 2015; SEN, 2005). Sob essa ótica, Echart Muñoz (2017) adverte que se trata de romper com a perspectiva hegemônica de uma visão unívoca do desenvolvimento, que se baseia no modelo capitalista extrativista e, em função disso, tende a desviar a importância

do debate sobre seus impactos sociais e ambientais, outrossim, invisibiliza as práticas de resistência e solidariedade que os povos do Sul estão desenvolvendo para contornar esse cenário. Na verdade, a autora chama atenção da complexidade do termo desenvolvimento, particularmente diante da diversidade de autores envolvidos no seu processo. Assim comenta:

O campo do desenvolvimento é paradigmático destas tensões, na medida em que não tem os mesmos efeitos para os diferentes atores envolvidos (Estados, empresas, forças sociais etc.) nem em escalas, do local ao global. Cabe aqui distinguir as visões, interesses e prioridades de cada ator em relação ao que entendem por desenvolvimento (crescimento econômico, infraestrutura, direitos humanos etc.). Isso implica entrar no debate sobre visões e modelos de desenvolvimento que conformam o sistema internacional de cooperação. (ECHART MUÑOZ, 2017, p.397)

Surgiram outras teorias alternativas ao desenvolvimento que ampliam o campo introduzindo esferas humanas e sociais, colocando indivíduos e coletividades como fatores centrais. Amartya Sen (2005) é o autor mais lembrado dentro desse conjunto de abordagens que foca no indivíduo e na defesa das liberdades inerentes ao ser humano. À vista disso, o desenvolvimento seria alcançado com um enfoque especial nas liberdades políticas, oportunidades econômicas, acesso a serviços sociais, garantias de transparência e de segurança pública.

Por outro lado, o conceito de ecodesenvolvimento preocupado com as questões do meio ambiente, faz crítica a ideia do desenvolvimento convencional destacando os princípios que refletem sobre os recursos naturais, humanos e valores culturais das comunidades mais afetadas nos países em desenvolvimento, enfatizando com isso sua crítica às sociedades capitalistas industriais. De igual modo, o relatório Brundtland, propondo o conceito de desenvolvimento sustentável, trouxe sérias limitações à ideia tradicional de desenvolvimento, quando defende que o desenvolvimento deveria responder à demanda de todos, correspondendo à oportunidade de uma vida melhor para todos sem com isso impossibilitar as gerações vindouras de realizarem os seus anseios de desenvolvimento.

O desenvolvimento é um conceito complexo e amplamente aberto, nessa lógica devem-se considerar outras particularidades, que permitem estabelecer parâmetros do desenvolvimento aferindo também os países. Na verdade, ao criar uma ideia única e exclusiva de desenvolvimento, inviabiliza-se qualquer possibilidade de se conduzir um estudo comparativo e, até mesmo, de orientar políticas internacionais de cooperação.

No contexto destas seções, destacaram-se duas perspectivas sobre o desenvolvimento, quais sejam: o desenvolvimento convencional e o desenvolvimento emancipatório. Destaque para a tese de Wallerstein que discorre sobre um mundo concebido a partir de uma linha

divisória que separa o centro, isto é, países ocidentais desenvolvidos (Europa, Oceania, Japão e EUA), e periferia e semiperiferia, nesse caso países não ocidentais subdesenvolvidos ou em vias do desenvolvimento, no qual, esses últimos necessitariam de ajuda externa, dimensionadas a partir de países centrais e principalmente por via de políticas e programas de ajustamento neoliberais das instituições financeiras internacionais de Bretton Woods, Banco Mundial e FMI. Portanto, a própria prática da cooperação para o desenvolvimento é pensada a partir dessa divisão do mundo.

Já as propostas de um desenvolvimento emancipatório oferecem uma perspectiva que não só coloca em xeque essa linha divisória – desenvolvimento como oposto ao subdesenvolvimento e sinônimo de crescimento econômico – como também pensa as alternativas do desenvolvimento que valorizam outras dimensões, como saberes locais, liberdade política e econômica, desenvolvimento humano entre outros (ESCOBAR, 2015; SEN, 2010; WALLERSTEIN, 2000).

As teorias não convencionais denunciaram fortemente a limitação da visão capitalista do desenvolvimento e buscaram evidenciar sua inconsistência e seu desencontro com anseios do desenvolvimento por parte do Sul. A próxima seção discute a CSS como uma alternativa à CNS.

4. Cooperação Sul-Sul: uma reorientação do imaginário e as práticas de cooperação

Quando se revisita a história, infere-se que as primeiras ideias sobre a Cooperação Sul-Sul (CSS) começaram a ser gestadas na conferência ou na cúpula de Bandung em abril de 1955, na qual foram expressas as linhas mestras para ação geral dos países do Sul, doravante, conhecidas como os 10 princípios de Bandung.

Segundo Piseta (2019), foi a partir da Conferência de Bandung, em 1955, que diversos países se reuniram para começar a formar essa nova modalidade de cooperação. De acordo com o autor, participaram na conferência um total de 29 países exclusivamente da África e da Ásia, e cerca de trinta movimentos de independência colonial/libertação nacional.

Necessário explicar que durante a Guerra Fria, num contexto em que a marca política era dividida entre dois modelos de regulação social, o mercado capitalista e o Estado autoritário soviético, muitos países se alinharam aos Estados Unidos ou à antiga União Soviética, sob forma de ganhar apoio e proteção de uma das duas superpotências à época.

No entanto, os países do Terceiro Mundo, não se identificando com a disputa ideológica, assumiram postura que lhes permitisse afirmar sua independência, principalmente no tocante

aos processos de descolonização, assim como os processos de desenvolvimento que refletissem suas próprias realidades (PISETA, 2019).

Tomazini (2017) nos lembra que a partir de então surgiu um movimento político que carregava um sentimento de solidariedade entre os povos do Sul, que mais tarde germinou o que se denomina hoje Cooperação Sul-Sul.

Quadro 1 - Os 10 princípios de Bandung (1955)

Respeito aos direitos humanos fundamentais e aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.
Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações.
Reconhecimento da igualdade entre todas as raças e entre todas as nações, grandes e pequenas.
Não intervenção ou não interferência em assuntos internos de outros países.
Respeito aos direitos de cada nação à sua própria defesa, seja individual ou coletiva, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
Abstenção do uso de pactos de defesa coletiva para beneficiar interesses específicos de quaisquer grandes potências e abstenção do exercício de pressões sobre os demais países.
Rechaço a ameaças e agressões, ou ao uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer país.
Emprego de soluções pacíficas em todos os conflitos internacionais, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
Promoção dos interesses mútuos e da cooperação.
Respeito à justiça e às obrigações internacionais.

Fonte: Elaboração própria adaptado de PINO, Bruno Ayllón. Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS). IN: IPEA. Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (2014).

Os dez pontos de Bandung chamavam atenção principalmente para um sistema internacional desigual, que facilita a concentração de poder, e que, por isso, necessita de uma reforma capaz de viabilizar a participação equitativa de todos. É possível marcar a não-interferência, o não-alinhamento, a aposta na cooperação com base nos interesses mútuos, como destaques desses princípios que buscaram mitigar a consternação dos países do Sul.

No dizer de Piseta (2019), a Declaração de Bandung serviu de alavanca para a cooperação dos países do Sul para defender o fim do imperialismo europeu e das duas

superpotências à época, e ainda contra o racismo, a favor do pacifismo, a autodeterminação dos povos e a defesa do multilateralismo e da igualdade entre as nações.

Ocorre que, posteriormente à cúpula de Bandung, a conferência de Belgrado, em 1961, acolhe um novo e importante movimento para o Sul global, conhecido como o Movimento dos Países Não Alinhados (MNOAL). De pendor político, o movimento foi responsável por forjar o conceito de autossuficiência coletiva, exortando que os Estados deveriam como estratégia adotar uma consciência de suas responsabilidades internas e externas para conseguir maior independência, em vez de apenas esperar boas ações dos países do Norte (Idem, 2019).

A criação e o fortalecimento do discurso e da prática sobre o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e oposto ao subdesenvolvimento tiveram sua origem na ordem internacional dominada pelos Estados Unidos da América. Esse discurso está atrelado diretamente ao surgimento do termo cooperação técnica, empregado de forma diferente do termo cooperação. Enquanto esta expressava o sentido mais genérico da busca por associações entre países com propósitos determinados, a noção de cooperação técnica era associada basicamente à ajuda internacional fornecida pelos países mais ricos e tecnologicamente mais avançados aos países mais pobres, diretamente ou por meio de agências multilaterais (MARTINUSSEN; PEDERSEN, 2003; SATO, 2010). Essa lógica está na base do que se convencionou chamar da Cooperação Norte-Sul (CNS), estabelecida entre doadores (países do Norte) e receptores (países do Sul).

A cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) se enquadra num conjunto de ações de atores internacionais para gerar desenvolvimento no mundo e surgiu no período pós-Segunda Guerra. No entanto, de acordo com Tomazini (2017) foi questionada em todas as suas fases quanto à sua eficácia e quanto à reprodução de relações de dependência e desigualdade entre os países, fazendo brotar a CSS, com proposta de execução diferente, com base nos princípios da conferência de Bandung (1955), Planos de Ação de Buenos Aires (1978) e de San José (1997), eventos nos quais falaremos mais adiante. Não obstante, vale lembrar que a Cepal foi um organismo que teve um papel preponderante no questionamento do modelo de desenvolvimento balizado na relação Norte-Sul, como já discutido anteriormente.

A forte aparição das potências emergentes confrontando os países ricos membros do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, gerou otimismo no tocante a definição de agendas e possibilitou mudança radical na governança global no campo de cooperação para o desenvolvimento (ECHART MUÑOZ, 2017).

Na atualidade, a CID se renovou, apresentando um perfil heterogêneo de atores envolvidos, estatais e não estatais, que revela a complexidade de sua definição.

Indubitavelmente em termos de representação a CID se tornou mais aglutinadora e multifacetada, incluindo países de renda média, países intermediários, economias emergentes, doadores emergentes, BRICS, G-20, sociedade civil global, atores não estatais, terceiro setor, atores privados, entre outros (MELLO e SOUZA,2014).

Segundo Echart Muñoz (2017), diante de novo cenário, a CSS tem a possibilidade de suportar a nova ordem global, visando recuperar percepções, valores e ideias que permearam historicamente as reivindicações dos países do Sul. Não obstante, a autora chama atenção de que essa possibilidade de transformação da ordem hegemônica depende sobretudo da forma como a inserção da CSS no sistema ocorra, pelo compromisso ou pela manutenção do status quo.

O termo cooperação Sul-Sul (CSS) é usado em referência: à cooperação econômica, sobremaneira à criação de pontes que favoreçam o comércio entre países em desenvolvimento; à cooperação política, nomeadamente a criação de blocos e coalizões que alinhem discursos e tomadas de decisões nos fóruns multilaterais; e, ainda, à cooperação técnica, ou, formalmente, cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD), que diz respeito às trocas de conhecimentos e experiências, contribuições financeiras etc. com vistas a atuação em alguma área técnica específica, como agricultura, educação entre outras (PISETA, 2019). Leite (2012), nos lembra que vários especialistas defendem que a CSS se refere a uma modalidade da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID).

Piseta (2019) chama atenção de que a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) não tem como foco os fluxos financeiros, como doações ou empréstimos em dinheiro. Para os promotores desta modalidade o objetivo é o compartilhamento de práticas e experiências, com ganhos mútuos. Portanto, concebem a cooperação em uma relação de igualdade, isto é, mesmo grau de importância tanto para aqueles que compartilham como para aqueles que recebem. Desse modo, termos como “ajuda” ou “doador”³ são evitados na perspectiva CSS, por envolver ideias de assimetria, diferenças entre quem promove pagando os custos e quem se beneficia como destinatário passivo.

Vale lembrar que os promotores da CTPD são os países emergentes, que alcançaram determinado nível de desenvolvimento e primam para o desenvolvimento de outros países do Sul.

³ Utilizando como exemplo o caso brasileiro da CSS, Milhorange de Castro (2013) lembra que o país evita o uso de termos como doação ou ajuda, associando assim suas ações políticas à CSS.

Por outro lado, vale realçar que apesar de a CSS se firmar como uma alternativa complementar a CNS, são vários os questionamentos sobre a sua eficácia e sobre a reprodução de políticas do Norte. Por exemplo, embora a China esteja dentro da proposta teórica da CSS, sua presença na África é frequentemente interpretada como neoimperialista⁴, assemelhada à lógica de atuação das potências ocidentais.

Echart Muñoz (2017) defende que a CSS não pode ser tomada somente por seu valor discursivo. O que significaria, segundo os ensinamentos de Cox (1996), que é pertinente tratá-la como parte do sistema internacional de cooperação, composta por um conjunto de atores, instituições e normas, mas indubitavelmente como sistema de legitimação da hegemonia na ordem global que se vigora. Afinal o que esperar dos novos emergentes? São revisionistas? Pautam pela manutenção do *status quo*, uma forma de buscar a inserção no capitalismo, de fazer parte dessa hegemonia? Formam uma aristocracia do Sul?

Echart Muñoz (2017) critica a postura das potências do Sul, denunciando que são bastante passivos, não têm questionado tanto os fins quanto os meios do desenvolvimento, e nem mesmo o papel que poderiam desempenhar nessa definição. A questão para autora é a seguinte:

Se, em seu início, o espírito de Bandung exigia mudanças estruturais por entender que a ordem econômica mundial era uma das principais causas das desigualdades, situando o direito ao desenvolvimento como essencial para a emancipação e autonomia dos países do Sul, hoje o capitalismo parece ser aceito como uma variável incontestável para o desenvolvimento, cada vez mais entendido como crescimento econômico. Nesse sentido, a CSS atualmente não tem como finalidade uma tentativa de transformação das estruturas, mas sim a distribuição de poder e a ampliação da participação de alguns países do Sul nelas: as potências emergentes (ECHART MUÑOZ, 2017, p. 401).

Santos (2017) argumenta que o modelo atual da CSS está comprometido pelos interesses de ganhos nacionais e geopolítico das potências emergentes, muitas vezes em detrimento dos interesses dos países econômica e militarmente menos pujantes. Assim, a autora chama atenção de que somente quando inspirada em seus postulados fundacionais, a CSS pode ser considerada um mecanismo difusor de outros modelos de desenvolvimento que vai reorientar as novas práticas e novos imaginários, que possam efetivamente ser emancipadores e nos conduzam as sociedades mais equitativas.

Já são visíveis os alertas sobre o perigo de romantizar a CSS, a sua inquestionabilidade se mostrou impossível e as lógicas de atuação dos seus atuantes já

⁴ Vide Le Monde Diplomatique. Disponível em: <<<https://diplomatique.org.br/a-china-e-imperialista/>>>. Acesso em: 15. jan. 2021.

foram colocadas em xeque. Um exemplo disso, é o subtítulo do trabalho de Paulo Visentini (2013), em que se perguntou: nova partilha [da África] ou Cooperação Sul-Sul?

Não se pode perder de vista que a decisão das andanças dessa cooperação parece, em certos casos, não obedecer exclusivamente aos seus ditames basilares, mas também a capacidade de agir e poder de barganha de cada atuante e, principalmente deve-se considerar que ela é também parte do sistema internacional de cooperação que comporta interesses de diferentes atores. Como resultado, assiste-se a cenários em que ações dos seus atores divergem⁵ em termos práticos.

Não obstante, a CSS se insere na perspectiva de estratégia comum de agir dos países do Sul promovendo soluções independentes e universais. Entre os seus atuantes, a China tem conseguido destaque, tanto que para muitos trata-se do principal promotor enquanto representa grande parte da CID estabelecidos entre países do Sul, baseada na lógica da CSS que propõe ser menos assimétrico e mais equitativa, alinhada a ideia do desenvolvimento emancipatório.

Nesse sentido, o estudo da CSS nos ajuda a estudar e entender a lógica da atuação Chinesa na África. A partir do estudo da política externa podemos esmiuçar em que sentido desse termo a atuação desse país se enquadra e assim observar as particularidades da China na sua inserção internacional para África, atendendo a definição de agenda e países prioritários para Pequim.

5. A China na África

A reaproximação chinesa ao continente africano remonta aos anos de 1990. De fato, se revisarmos a história observamos que vários eventos fizeram brotar uma China globalista. Entre tantos, a globalização econômica que quando ganhou ascendência na Ásia e na África na década de 1990 estabeleceu base para reaproximação da China para com os países africanos. Numa época em que estes enquanto países recém independentes buscavam caminhos para solidificar estruturas políticas e econômicas a nível doméstico, tanto que, procuraram também estabelecer mecanismos que lhes permitisse entrar na política internacional, por meio de debates sobre agendas internacionais e também no âmbito bilateral estabelecendo parcerias com outros países.

⁵ Analisando outro exemplo, o caso de Guiné-Bissau e Brasil, Santos (2017) chega a conclusões que se aplicam também ao caso em tela da presença chinesa na África. o argumento da autora é de que os fatores como a dependência financeira da Guiné-Bissau da CNS acabam constituindo uma limitação e um constrangimento na sua relação bilateral com o Brasil.

Vale ressaltar que essa reaproximação é explicada também pelas resultâncias dos eventos da Praça da Paz Celestial, onda de manifestações que decorreram em Pequim em 1989, nas quais os estudantes reivindicando por democracia foram recebidos com forte repressão.

Foi de fato um marco histórico⁶, incidente que marcou o pensamento político chinês e teve uma forte repercussão a nível interna e externa. Esta que culminou com a condenação à China por parte da comunidade internacional, que denunciou fortemente às violações de direitos humanos em consequência o país foi isolado, principalmente pelo ocidente.

Os países africanos enquanto recém independentes afastados do jogo ocidental, imbuídos também do espírito solidário terceiro mundista foram importantes para a China não entrar no isolacionismo total, por terem manifestado apoio à China restabelecendo relações com o Pequim, que aproveitou a oportunidade para intensificar essa reaproximação enquanto via no continente uma alternativa para o seu projeto de expansão.

Cumprе esclarecer que, passados 31 anos após o massacre da Praça da Paz Celestial, a presença chinesa no continente se torna cada vez mais visível.

Uma famosa frase de George T. Yu, conforme citado pelo Visentini (2013), nos possa servir, na qual coloca: ‘A África constitui uma arena chave na política exterior da China; no contexto global, a África assume a função de simbolizar as conquistas e realizações bem-sucedidas da China. A política Sul-Sul da China alcançou o objetivo de unidade e cooperação com o “resto que se levanta” (VISENTINI, 2013, p. 3).

Quando se observa a atuação dos protagonistas da CSS no continente africano que têm pautado para a construção de um sistema mundial multipolar, nota-se o importante papel da China. Com o seu poder comercial e a sua política de expansão através de investimentos a China aumentou a sua presença na África, baseada numa lógica estratégica de agir e da importância para África, a globalização e o desenvolvimento econômico criaram bases para as relações de cooperação com os países africanos desde os anos 1990, (VISENTINI, 2013).

Apesar de não existirem dúvidas no que concerne a presença e a importância da China para África, compreender a sua atuação no âmbito da CSS exige análise em duas dimensões diferentes, que se complementam: instrumentos da sua política externa e práticas no âmbito de cooperação para o desenvolvimento.

⁶ Vide 1989: Massacre na Praça Tiananmen. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/june/4/newsid_2496000/2496277.stm>>. Acesso em: 20. fev. 2021.

5.1 Alguns Instrumentos da Política Externa Chinesa

Vários pontos da política externa chinesa vão ao encontro dos princípios defendidos pelos diferentes movimentos do Sul global (em espaços como a Conferência de Bandung, o Movimento dos Não-Alinhados, a Conferência das Nações Unidas pelo Comércio e Desenvolvimento ou o Grupo dos 77), nos quais foram colocados em voga propostas de reformulação do sistema de cooperação internacional, permitindo por um lado a ampliação dos seus atores e por outro a diminuição de desigualdades entre os mesmos.

É de fulcral importância destacar o princípio de não intervenção em assuntos domésticos dos outros países como um dos principais vetores da política externa chinesa. Alicerçada em oito princípios para o desenvolvimento da cooperação econômica e técnica de acordo com o governo chinês: respeito mútuo da integridade territorial e da soberania; igualdade e benefícios mútuos; cooperação via empréstimos sem juros ou com juros subsidiados; apoio à sustentabilidade nacional; eficiência econômica e produtiva; capacitação técnica; uso de equipamentos e insumos chineses; igualdade de tratamentos dos técnicos chineses na comparação com os técnicos de mesmo nível no plano nacional (CHINA, 2011, p. 32, apud MILANI e CARVALHO, 2013, p. 31,).

Segundo adverte Jianhai e Zweig (2005, p. 30) “a política externa chinesa guiada pela busca de recursos naturais não dá espaço para moralidade”. Quer dizer, que a China não perde tempo em exigir democracia, respeito aos direitos humanos e governança aos seus parceiros de desenvolvimento. Isto significa que o país tem amplo grau de pragmatismo na sua política externa e demonstra uma abertura em estabelecer cooperação independentemente do sistema político e modelo ideológico, ou seja, não importa se outro país é uma ditadura ou democracia.

Impende salientar que outra conduta da política externa chinesa diz respeito a sua abertura econômica, isto é, seu caráter globalista, apesar de não ser considerado um país democrático se abriu economicamente atuando sob uma verdadeira política de multilateralismo institucionalizado no campo de cooperação, seja numa escala global, seja com a África de modo particular (vide OMC, OMS, o fórum de cooperação China-África-FOCAC) e outras agências multilaterais nas quais participa cumprindo regras, se afastando da China outrora *outsider*⁷.

⁷ Característica de uma China imprevisível que não cumpria regras, cenário que mudou no século XXI em que o país busca uma ascensão pacífica. Pode-se citar ainda a frase de Deng Xiao Ping ex-líder chinês que tornou viral. “Não importa a cor do gato, contanto que ele cace o rato”. Essa famosa frase é hoje usada para fazer referência a essa abertura inequívoca da China em cooperar com todos.

Para a África, essa aproximação é favorecida pelo legado histórico, isto considerando que a China nunca foi metrópole de nenhum país africano, apoiou os movimentos da libertação nacional, defendeu a autodeterminação dos povos e a política terceiro-mundista, somado ao fato de que apresenta custos economicamente mais baixos nos projetos de construção civil, desenvolvimento e infraestrutura (MILANI e CARVALHO, 2013).

A política externa chinesa se baseia também na estratégia de ganhos mútuos, negociação *win-win* (ganha-ganha), ou seja, a China reconhece de modo explícito que ganha também nos projetos de cooperação com a África, se afastando assim da lógica da “ajuda internacional” geralmente apresentadas nos discursos das potências ocidentais e agências de Breton Woods como se tratassem de ações economicamente desinteressadas (MILANI e CARVALHO, 2013).

Apesar de China se apresentar como um não interventor em assuntos domésticos dos outros Estados, Milani e Carvalho (2013) nos lembram que desde os anos 1990 a política de cooperação para o desenvolvimento da China para África sempre foi marcada pela dimensão política da chamada “*One-China policy*” (uma única China). Ou seja, a China aproveita a sua boa relação com a África para exigir que Taiwan não seja reconhecida como país independente. Essa é uma cláusula *sine qua non* para a China manter relações com os países africanos. Como lembrado por (Milani e Carvalho, 2013, p. 30), “ Os países africanos que, ainda hoje, reconhecem Taiwan e mantêm relações diplomáticas com a ilha não podem ser beneficiários da cooperação chinesa (os casos de Burkina Faso, São Tomé e Príncipe e Gâmbia, são ilustrativos) ”.

5.2. As modalidades da presença chinesa na África (empréstimos & investimentos)

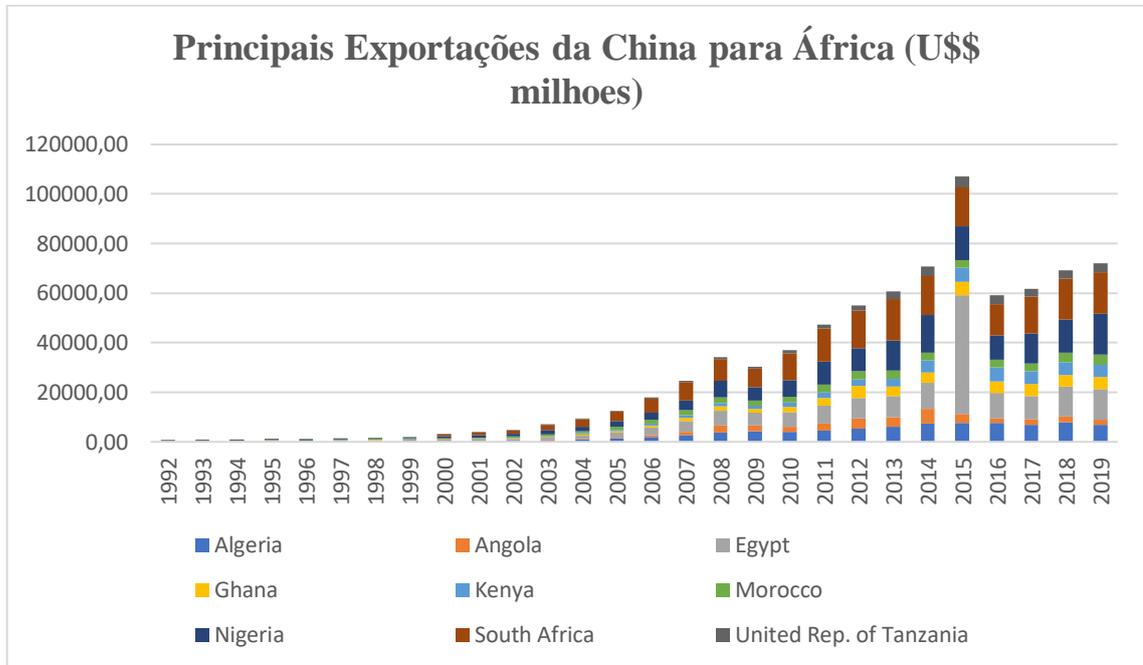
A presente seção examina a projeção econômica da China para África. A presença chinesa no continente africano apesar de gerar alguma desconfiança e questionamentos sobre a sua real intenção é explicada por meio de várias modalidades da sua atuação econômica internacional, desde empréstimo, ajuda externa e investimento, todas conformando suas próprias especificidades.

Segundo Visentini (2013) as relações sino-africanas têm sido marcadas por parte da China pela busca por matérias primas, fontes de energia e de alimentos e o continente africano por seu turno tem recebido do governo Chinês, investimentos e obras de infraestrutura, etc.

Buscamos abordar essa relação a partir dos dados que versam sobre o investimento chinês no continente africano, destacando os principais países destinatários e os setores prioritários.

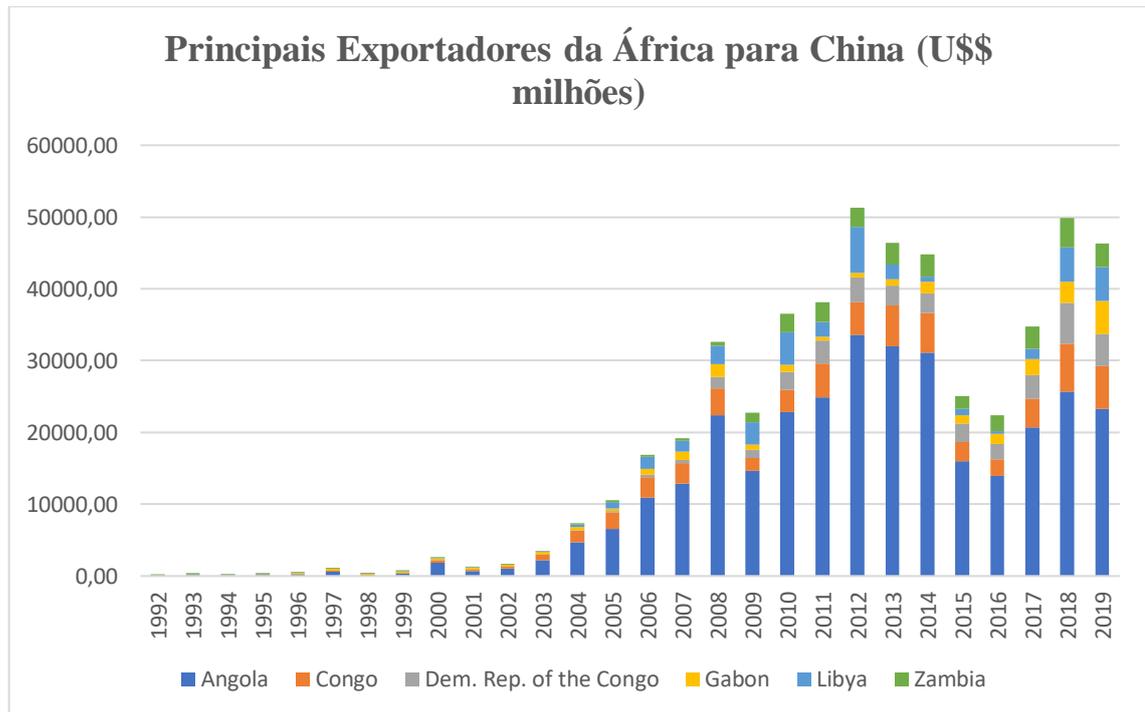
Os dois primeiros gráficos indicam a direção das exportações da China para África e principais exportadores da África para China.

Gráfico 1



Fonte: Dados de SAIS-CARI 2019. Tradução de Cinthia Campos e Júlio Lopes.

Gráfico 2

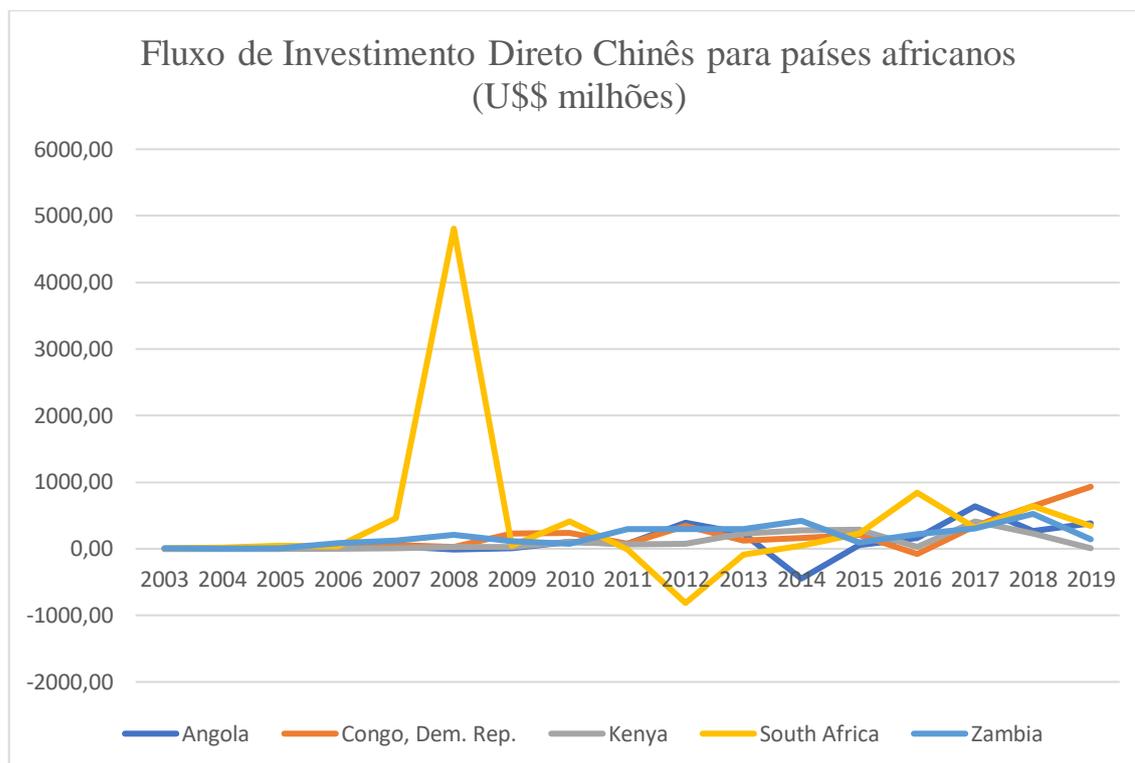


Fonte: Dados de SAIS-CARI 2019. Tradução de Cinthia Campos e Júlio Lopes.

De acordo com os gráficos o comércio bilateral China-África tem aumentado constantemente nos últimos 16 anos. Em 2019, países como Nigéria, África do Sul e Egito foram os principais destinos das exportações chinesas para o continente africano, enquanto que, Angola e República do Congo foram os que mais exportaram para o gigante asiático.

Assim, no tocante a relação comercial bilateral a China se aproxima mais a tais países, tanto vendendo suas mercadorias, como comprando os commodities africanos. Nesse sentido, é pertinente indagar se as principais direções das exportações da china para África indicam por outro lado os caminhos do investimento e empréstimos para os mesmos países?

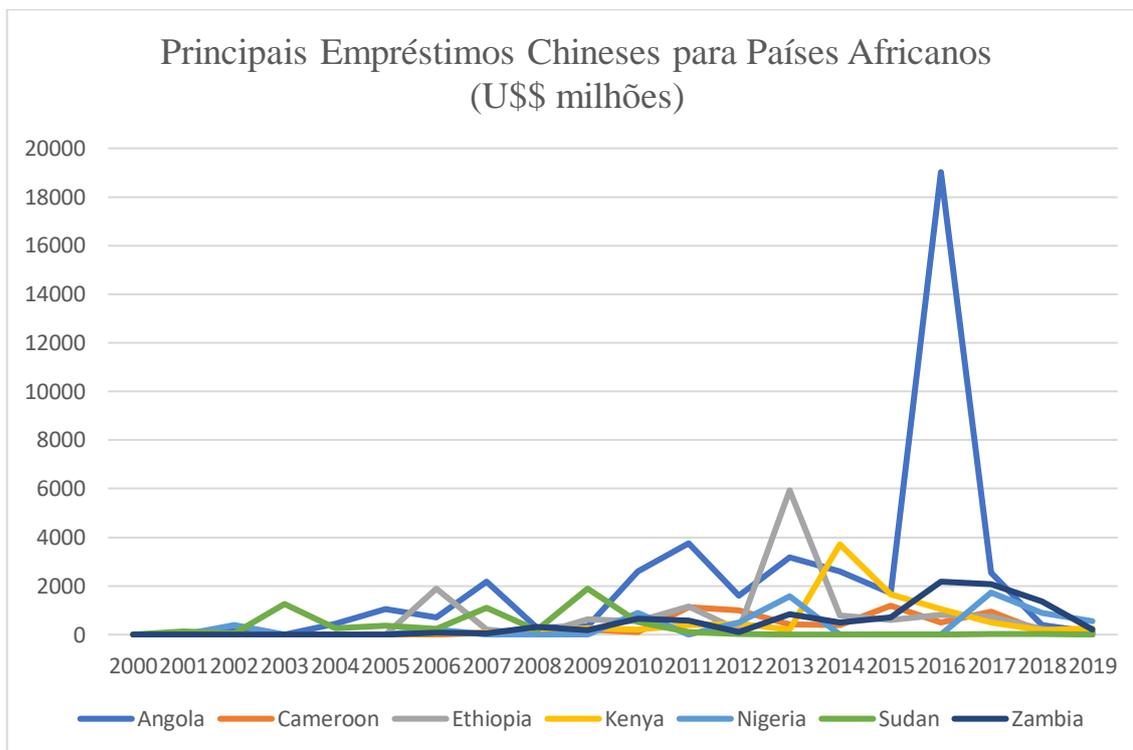
Gráfico 3



Fonte: Dados de SAIS-CARI 2019. Tradução de Cinthia Campos e Júlio Lopes.

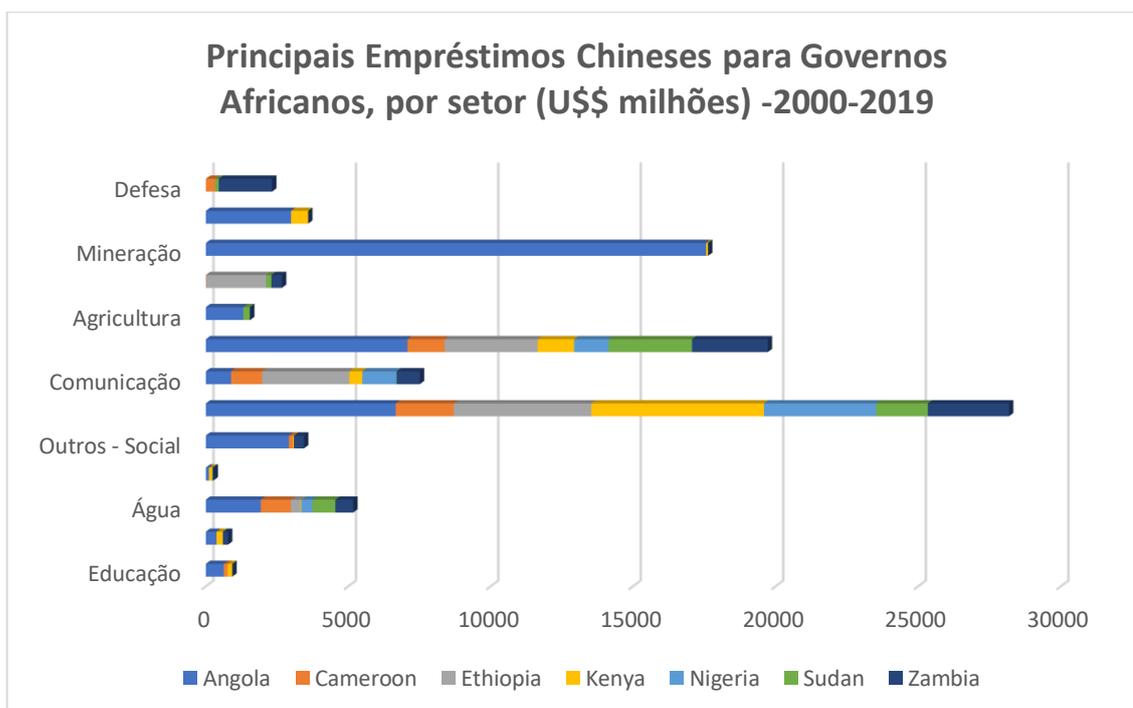
O gráfico 3 anuncia dados sobre fluxos anuais do investimento Chinês ou investimento estrangeiro direto no exterior (IED) nos países africanos, demonstrando que têm aumentado consideravelmente desde 2003. Os fluxos atingiram o pico em 2008. Em 2019 os principais destinos africanos do IED chinês foram República Democrática do Congo, Angola e África do Sul.

Gráfico 4



Fonte: Dados de SAIS-CARI 2019. Tradução de Cinthia Campos e Júlio Lopes.

Gráfico 5



Fonte: Dados de SAIS-CARI 2019. Tradução de Cinthia Campos e Júlio Lopes.

O quarto e quinto gráficos analisam por um lado os principais países africanos receptores dos empréstimos chinês em milhões de dólares, destaque para Angola, Camarões, Etiópia e Nigéria. Por outro lado, grande parte desses empréstimos financiaram setores econômicos, de agricultura e social, em particular mineração, telecomunicações e água.

Segundo se lê na guia de empréstimo China-África publicado por SAIS-CARI (2019), no computo geral são protagonistas os países como, Algeria, Angola, África do Sul, Gana, Nigéria, República Democrática do Congo e Zâmbia. Inclusive, notamos também que são os principais países nas transições comerciais entre China e África.

Muito mais que ilustrar diferentes modalidades da atuação chinesa no continente africano nas últimas décadas, vale reconhecer indubitavelmente a proatividade que caracteriza a política econômica internacional da China, desde sua afirmação como o principal fornecedor de financiamento para o desenvolvimento da economia africana, como também a contínua busca do seu próprio crescimento econômico tendo como pano de fundo o abonamento de maior hegemonia econômica mundial.

Considerações Finais

A CSS emerge não só como uma contraposição à CNS, mas sobretudo uma necessidade existencial dos países do Sul Global. Por outro lado, a CID e a CTPD enquadram-se, respectivamente, na CNS e na CSS, ainda que os mecanismos pelos quais a cooperação emerge e se sustenta podem não convergir tanto do ponto de vista teórico como empírico. Piseta (2019) nos lembra que a CSS se enquadra principalmente na CTPD, busca, portanto, soluções independentes para promover o desenvolvimento entre os países do Sul.

As críticas à CSS sustentam-se em parte, pelas dúvidas que pairam em relação a atuação de alguns países, a exemplo da chinesa, que é interpretada por alguns como neoimperialista na África. Muitos autores questionam a postura das potências do Sul, da China em particular, como lembrado por Echart Muñoz (2017), por serem passivos, não ter questionado tanto os fins do desenvolvimento quanto seus meios e o papel que elas mesmas desempenham nessa definição. Ou seja, esses países são questionados por não serem revisionistas, não procuram transformar a estrutura capitalista, inclusive muitos países do Sul mantêm a dependência financeira a CNS.

Visentini (2013) reflete que a presença da China na África sugere uma nova partilha do continente entre potências emergentes com projeção global, mas nega que a China seja neoimperialista, pois vê diferenças substanciais na sua atuação internacional, longe de política imperial das potências do Norte.

Se faz necessário que a CSS não perca de vista o espírito de Bandung, promovendo soluções independentes e universais. Os promotores dessa modalidade de cooperação devem basear-se na lógica principal e fundacional da CSS, qual seja, ser menos assimétrico e mais equitativa, alinhada a ideia do desenvolvimento emancipatório.

A China representa um parceiro estratégico e de grande relevância para os países africanos, inclusive estes notam diferenças na sua forma de atuação, considerada mais branda, sobretudo por proporcionar maiores ganhos, quando comparado com os tradicionais parceiros do Norte. Os países africanos parecem poucos preocupados com as narrativas discursivas que têm interpretado a China como neoimperialista, tanto é que, sua presença é vista como mais uma oportunidade para África não depender só de cooperação com os tradicionais parceiros do Norte, ela se diversifica, cooperando tanto com o Norte, como com o Sul que se levanta. No entanto, a China como sendo o principal ator desse movimento e tendo a concorrência do Norte aumenta sua presença no continente por meio do investimento direto e empréstimos.

REFERÊNCIAS

AYLLÓN, B. (2007). La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. Carta Internacional. São Paulo, v. 2, n. 2, pp. 32-47.

BRAUTIGAM, D. Aid ‘with Chinese characteristics’: Chinese foreign aid and development finance meet the OECD-DAC aid regime. *Journal of International Development*, n. 23, p. 752-764, 2011, DOI: 10.1002/jid.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. *Nosso futuro comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COX, Robert (1996a): “Social forces, states, and world order”, in COX, R. and SINCLAIR, T. J. *Approaches to World Order*, Cambridge University Press.

COX, Robert (1996b): “Towards a posthegemonic conceptualization of world order: reflections on the relevancy of Ibn Khaldun”, in COX, R. and SINCLAIR, T. J. *Approaches to World Order*, Cambridge University Press.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004, 266 p.

Deborah Brautigam; Yinxuan Wang. *Guia do empréstimo china-África*. China África Research Initiative, escola de estudos internacionais avançados da universidade Johns Hopkins, 2019.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. 2ª Edição. Princeton University Press, Nova Jersey, 2012.

ESCOBAR, Arturo (1992): “Imagining a post-development era: Critical Thought, social movements and development”. *Social Text* nº 31/32, Special Issue on Third World and Post-colonial issues, p. 20- 56, Duque University Press.

ESCOBAR, Arturo (1996): *La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Bogotá: Norma.

ECHART MUÑOZ, Enara. *Cadernos do CEAS*, Salvador/Recife, n. 241, p. 392-417, mai./ago., 2017 | ISSN 2447-861X.

JESUINO, Jorge (1992) *A negociação – Estratégias e Táticas*. Lisboa: Texto Editora, Lda.

JIANHAI, B.; ZWEIG, D. China’s global hunt for energy. **Foreign affairs**, vol. 84, n. 5, p. 25-38, 2005.

MELLO E SOUZA, A. *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. 1. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014. v. 1. 277p.

MILANI, Carlos R. S. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. *Cadernos CRH*, v. 25, p. 211-231, 2012.

MILHORANCE DE CASTRO, C. A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. *rev. Bras. Polít. int.* 56 (2): 5-22, 2013.

NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar, 2005, **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**, Rio de Janeiro, Elsevier Editora.

R. S. Milani, C., & C. O. Carvalho, T. (2013). *Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano*. *Estudos Internacionais: Revista De relações Internacionais Da PUC Minas*, 1(1). Recuperado de <http://200.229.32.43/index.php/estudosinternacionais/article/view/5158>

LANCASTER, C. *Foreign Aid: diplomacy, development, domestic politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

LIMA, L. B. Teorias do Desenvolvimento e a Cooperação Internacional. *Revista Universitas: Relações Internacionais*, v. 8, p. 73-90, 2010.

PISETA, Ivan. *Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: independência ou complementariedade?* politize, 2019. Disponível em: <<<https://www.politize.com.br/cooperacao-sul-sul-para-o-desenvolvimento-independencia-ou-complementariedade/>>>. Acesso em: 10. julho. 2020.

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos. *A cooperação Sul-Sul (CSS) para a reorientação dos imaginários e práticas do desenvolvimento: os caminhos da cooperação*

entre Guiné Bissau e Brasil. 2017. 302 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SATO, E. Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.46-57, mar, 2010.

SEN, Amartya (2000): Desarrollo y libertad. Editorial Planeta, Madrid.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. 5ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TOMAZINI, R. C. (2017). Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul: uma análise comparativa de seus princípios e desafios de gestão. Carta Internacional, 12(1), 28-48. Disponível em: <<<https://doi.org/10.21530/ci.v12n1.2017.632>>>. Acesso em: 12. agosto. 2020.

VEEN, M. Ideas, Interests and Foreign Aid. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

VISENTINI, P. G. F. A África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação Sul-Sul? a presença da China, do Brasil e da Índia. Cebráfrica- Porto Alegre. 1º edição: 2013, 248 p.